



SAÚDE

## Cassemis recebe visita de representantes da ANS

PÁGINA 2

# servidor público.MS

Jornal do funcionalismo público em Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS

Segunda-Feira, 1º de Julho de 2019

Distribuição Dirigida

[www.servidorpublicoms.com.br](http://www.servidorpublicoms.com.br)

Ano 7 | Edição 108

# GOVERNADOR AFIRMA NÃO TER DINHEIRO PARA REAJUSTE DOS SERVIDORES, MAS TORRA R\$ 25,8 MILHÕES EM PUBLICIDADE

## SINPOL

Policiais civis paralisam as atividades em manifesto contra a Reforma da Previdência

PÁGINA 6

## SINTSS

DECISÃO JUDICIAL FAVORECE FILIADOS

PÁGINA 6

## NOVO FUNDEB

ACP defende a manutenção da principal fonte de financiamento da educação básica

PÁGINA 5

## SINDIJUS

Coordenador da Fenajud e entidades se unem contra Reforma da Previdência

PÁGINA 4



Sem dinheiro para dar reajuste aos 75 mil servidores públicos estaduais e até para comprar remédios para pacientes internados no Hospital Regional Rosa Pedrossian, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) elevou em 26,7% os gastos com propaganda. De acordo com o Portal da Transparência, o total empenhado com 10 agências soma R\$ 25,8 milhões no primeiro semestre deste ano. **Página 3**



# Cassemms recebe visita de representantes da ANS

Na tarde do dia 24, segunda-feira, a Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassemms) recebeu a visita de representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Os diretores conheceram o Centro de Prevenção “Cássio Pereira do Nascimento”, um espaço único para a prevenção em saúde dos beneficiários do plano, que oferece piscina climatizada para a prática de Hidroginástica, academia de musculação, estúdio de Pilates e cozinha para cursos da Cozinha Experimental. Além do Centro, a equipe também esteve no Hospital Cassemms de Campo Grande, no dia 25.

## Da Redação

[www.servidorpublicoms.com.br](http://www.servidorpublicoms.com.br)

Representada pelos diretores Rogério Scarabel e Maurício Nunes, e pelas gerentes Katia Audi e Carla Soares, a ANS é a agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelo setor de planos de saúde no Brasil. A instituição estabelece medidas e ações do Governo que envolvem a criação de normas, o controle e a fiscalização da assistência suplementar à saúde no País.

A diretora de Assistência à Saúde da Cassemms, Maria Auxiliadora Budib, explica que a visita foi realizada para que os diretores da ANS conhecessem a maneira



A equipe da Agência Nacional de Saúde conheceu os serviços em assistência preventiva da Cassemms

como o plano de saúde trabalha o conceito de prevenção. “Mostramos que, aqui no Centro, temos prevenção de fato e efeito. Eles conheceram a academia de ginástica com os professores e beneficiários, a aula de hidroginástica para gestantes do Casal Grávido e a parte lúdica, com pintura na barriga. Também apresentamos à equipe a Cozinha Experimental, curso que ensina formas de preparos mais

saudáveis dos alimentos e o Pronutri, Programa de Nutrição Preventiva da Cassemms, que faz o acompanhamento dos nossos beneficiários.”

Os representantes nacionais da saúde conheceram também o planejamento estratégico em prevenção, que para Maria Auxiliadora, aponta para o futuro da assistência à saúde. “Para nós, esse é um projeto fundamental para quem pensa

no futuro das famílias, o que é uma preocupação da Cassemms. Oferecemos para os beneficiários uma gama de projetos de atividades para um cotidiano com mais qualidade de vida, o envelhecimento saudável. Também, focamos na prevenção, cuidar da saúde antes que a doença apareça”.

Para Rogério Scarabel, diretor da ANS, a visita na Cassemms foi importante para conhecer o traba-

lho realizado no plano de saúde. “Nós pudemos constatar a intenção e a vontade da Operadora em fazer a gestão da sua população, é isso o que verdadeiramente importa na área da saúde, não se importar com custos, mas com as pessoas”.

De acordo com o presidente da Cassemms, Ricardo Ayache, o Centro de Prevenção representa bem o modelo preventivo de assistência à saú-

de. “Os diretores puderam conhecer a estrutura da unidade, a Cozinha Experimental, a hidroginástica para gestantes, o pilates, o espaço de musculação e muitas outras atividades que realizamos diariamente. É uma enorme satisfação apresentar a representantes nacionais da saúde o projeto e a experiência que nós, servidores públicos, construímos em Mato Grosso do Sul e que é referência para todo o País.



# Sem dinheiro para salários, Reinaldo eleva gasto em 26% e torra R\$ 25,8 milhões em publicidade

|| Sem dinheiro para dar reajuste aos 75 mil servidores públicos estaduais e até para comprar remédios para pacientes internados no Hospital Regional Rosa Pedrossian, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) elevou em 26,7% os gastos com propaganda. De acordo com o Portal da Transparência, o total empenhado com 10 agências soma R\$ 25,8 milhões no primeiro semestre deste ano.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

No final do mês passado, o tucano enfrentou paralisação dos policiais civis, greve dos administrativos da educação e protestos dos policiais militares, bombeiros e trabalhadores na área da saúde. Eles protestaram contra o congelamento dos salários.

Em decorrência da su-



Durante protesto na frente da casa do governador Reinaldo Azambuja, policiais cortaram bolo para lembrar um ano sem promoções (Fotos: Arquivo)

posta falta de dinheiro, o governador não cumpriu nem lei estadual de 2017 e acordo judicial com a Fetems (Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul), que previa reajuste de 4,17% nos salários dos 18 mil professores das escolas estaduais.

A crise quase levou o Hospital Regional em Campo Grande ao colapso. O Ministério Público Estadual se viu obrigado a entrar

na Justiça para obrigar o Governo do Estado a comprar remédios para a unidade hospitalar. As farmácias estavam sem vários itens e médicos relataram que foram ao desespero ao descobrir a falta de medicamento e material hospitalar com o paciente na mesa de cirurgia.

Só que esta crise não passou perto dos gastos com comunicação. De 1º de janeiro a 25 de junho deste ano, o total desembolsado com publicidade foi de R\$ 25,832 milhões. O valor representa aumento de 26,7% acima dos R\$ 20,387 milhões empenhados no mesmo período do ano passado.

O total investido em campanhas publicitárias teve aumento cinco vezes superior à inflação acumulada nos últimos 12 meses, de 4,66%, conforme o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE. É o

índice oficial usado pelo Banco Central.

Reinaldo elevou o gasto com comunicação depois da Operação Aprendiz, deflagrada em 14 de fevereiro deste ano pelo Ministério Público Estadual, que apura o desvio de R\$ 1,6 milhão dos cofres estaduais.

Uma das agências investigadas, a Think Service Design Ltda, teve o contrato prorrogado por mais seis meses em maio deste ano. Conforme o Portal da Transparência, a empresa vai receber R\$ 2,747 milhões no primeiro semestre deste ano, redução de 13,8% em relação ao repassado no mesmo período de 2018, quando recebeu R\$ 3,189 milhões.

Conforme o contrato firmado pela Secretaria Estadual de Governo e Gestão Estratégica em 2015, o gasto com publicidade pode chegar a R\$

35 milhões por semestre. Na prática, o governador desembolsou menos do que o previsto no contrato.

O problema é que Reinaldo vem enfatizando a crise nas contas estaduais. Em abril passado, quando começou a negociação com os sindicatos, ele ameaçou tirar o abono de R\$ 100 a R\$ 200 de 37,7 mil servidores, porque o Governo não tinha dinheiro para manter o benefício.

O Governo manteve o abono por mais 12 meses, mas anunciou reajuste zero para os 75 mil servidores. De acordo com o tucano, que se converteu em profeta do apocalipse, há risco até de atraso no pagamento de salários no segundo semestre por falta de caixa.

Outra medida amarga, em decorrência da crise, é a volta da jornada de

oito horas após 15 anos. Desde 2004, servidores cumprem jornada de seis horas.

Reinaldo adotou o PDV (Programa de Desligamento Voluntário) para reduzir o gasto com pessoal. Só que, de novo por falta de dinheiro, o Governo vai parcelar a indenização.

O tucano ainda foi ao Supremo Tribunal Federal defender a proposta que permite a redução da jornada para diminuir o salário do trabalhador. A proposta seria adotada para adequar a folha ao limite estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Mato Grosso do Sul estourou o limite prudencial e pode recorrer a esta medida, caso seja permitida pelo STF.

O governador tucano segue à risca o ditado popular de que a propaganda é a alma do negócio. (Por O Jacaré)

## Confira os gastos no primeiro semestre

Empresa	2018	2019
Agência R.....	2.381.996,25	659.540,00
Agência S.....	964.487,50	916.486,25
Agência C.....	1.709.308,25	2.665.343,75
Agência O.....	1.104.407,30	3.669.838,05
Agência N.....	2.076.391,00	2.135.370,50
Agência B.....	1.902.537,40	4.791.110,70
Agência T.....	3.189.999,80	2.747.533,56
Agência A.....	2.630.685,90	2.594.226,75
Agência L.....	1.708.312,50	1.510.975,60
Agência C2.....	2.719.668,21	4.141.617,98
<b>Total</b>	<b>20.387.794,11</b>	<b>25.832.043,14</b>

Fonte: Portal da Transparência



# Coordenador da Fenajud realiza debate e estratégias contra reforma da Previdência

|| A Comissão Especial da Reforma da Previdência iniciou no dia 18 de junho a primeira reunião sobre o parecer do relator da PEC 06/19, Samuel Moreira (PSDB-SP), apresentado na quinta-feira (13 de junho). Com o andamento da proposta na Câmara dos Deputados, a Fenajud (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados), por meio do coordenador de Assuntos Parlamentares, Fabiano Reis (SINDIJUS-MS), realizou mais uma atividade em torno da proposta: reuniu-se com diversas entidades – membros da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência – para articular ações a serem realizadas contra a reforma da Previdência.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

Durante um longo período o grupo dialogou sobre as possibilidades de ações e estratégias que podem derrotar a medida ainda na primeira fase (já que a votação do parecer deve acontecer nesta se-



Fabiano Reis (esquerda) é coordenador de Assuntos Parlamentares da Fenajud e vice-presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de MS

mana). A Frente vai continuar os trabalhos no sentido de mobilizar os deputados e deputadas nos Estados, com dados reais, referentes à proposta para mostrar que a PEC prejudicará apenas a classe trabalhadora do Brasil. Os ricos, banqueiros e empresários sairão ilesos.

A mesa fez um alerta aos participantes para a fase crítica que se inicia na Câmara. Caso a medida seja aprovada na Comissão, o texto seguirá para o plenário da Câmara, onde precisará passar por duas votações. Em

cada uma precisa obter, no mínimo, 308 votos (o apoio de 60% da Câmara).

Fabiano Reis disse que “A expectativa de Rodrigo Maia e de líderes é que a reforma da Previdência tenha a tramitação concluída na Câmara antes do recesso legislativo, que ocorre em julho. Por isso a mobilização é fundamental neste momento. Não podemos recuar um passo que seja. A reforma é prejudicial tanto para os trabalhadores do serviço público, quanto do privado. Não há quem saia ileso. Todos pagarão por uma conta que não é nossa. A Fenajud tem articulado, incansavelmente, no Congresso e manteremos plantões para acompanhar de perto a tramitação da proposta, bem como a interlocução com as bases para impedir que a PEC seja aprovada”.

## servidorpúblico.MS

Jornalista Responsável:  
Cláudio Souza – DRT 411-MS

Contato:  
(67) 99925-79847

Avenida Guaicurus, 4147 – Jardim Campo Alto  
Campo Grande (MS) – 79062-310

## FIQUE POR DENTRO

servidorpublicoms.com.br



**GUAICURUS**  
**GRÁFICA RÁPIDA**

3387-9448 - 991042489 - 99344-1179

## CARIMBO AUTOMÁTICO



R\$ **30**,00

Carimbo automático  
Nyxon 301 / 302



# ACP defende a manutenção da principal fonte de financiamento da educação básica brasileira

A ACP participou, no dia 10 de junho, do Seminário Estadual em Defesa da Manutenção do Fundeb. A discussão aconteceu no Centro de Convenções Rubens Gil de Camilo, sob a proposição da deputada federal Rose Modesto, e contou com a presença de lideranças do movimento sindical, parlamentares e gestores públicos. O presidente da ACP, Lucílio Nobre, representou o sindicato na mesa de debates.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação) é a principal fonte de financiamento da educação pública básica brasileira, composta por um pacote de 27 impostos estaduais e municipais. No entanto, a validade do Fundo termina em dezembro de 2020. Caso não seja renovado, o fim do Fundeb provocaria um colapso no sistema educacional.

“Não dá para imaginar o Brasil sem essa política educacional de subvinculação de verbas do Fundeb. Estamos tratando de uma política que já é vivenciada no Brasil desde 2006, e que garantiu avanços fundamentais para a educação e a valorização dos profissionais desse País”, afirma o presidente da CNTE, professor Heleno Araújo.

Além do risco de não renovação do Fundeb, outra ameaça paira sobre a garantia de recursos para a educação: a desvinculação obrigatória de recursos. Atualmente, a Constituição Federal estabelece a vinculação orçamentária, sendo que os estados e municípios devem aplicar pelo menos 25% das receitas tributárias e repasses na educação.

**ACP – 67 anos em defesa da Educação Pública de qualidade, gratuita, inclusiva, laica e democrática. Desde 1952, nossa luta não para!**



## FUNDEB PERMANENTE

Para evitar essa ruptura na política educacional do País, os trabalhadores da educação defendem que ele se torne permanente. O Congresso Nacional discute, desde 2015, a PEC 15/2015 que trata do Novo Fundeb, e prevê a garantia definitiva do fundo para o financiamento da educação, com sua inclusão na Constituição Federal. A relatora da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), deputada federal professora Dorinha Seabra Rezende, palestrou no seminário e também defendeu a manutenção e ampliação do Fundeb.

“63% dos recursos da educação básica são oriundos do Fundeb. Por isso, ele é tão essencial. Neste momento, nós temos que nos juntar nos consensos, para barrar a tônica do momento que é a desvinculação. Isso mataria o investimento da educação. Se

a gente ficar na mão do gestor para escolher em quais áreas vai aplicar recursos, com certeza, a educação perde financiamento. O histórico do nosso País demonstra: sempre que não houve vinculação, os investimentos da educação caíram”, explica professora Dorinha.

Lucílio Nobre destacou a importância do diálogo entre as partes envolvidas no desenvolvimento das políticas educacionais, para garantir a ampla defesa da educação. “Quero ressaltar a importância de um evento como esse, promovido pela deputada Rose Modesto, por reunir diferentes agentes da educação brasileira: trabalhadores, gestores, parlamentares. Muito nos preocupa a atual situação da educação no País, sendo francamente atacada pelo governo federal, tendo o Ministério da Educação sob o comando de pessoas

sem nenhum compromisso com as políticas educacionais. Educação é coisa séria”, defende Nobre.

A deputada Dorinha concorda que as legislações e parâmetros nacionais precisam ser respeitados. “Atualmente, ouvimos gestores dizerem que o PNE é um plano de gaveta. Nada disso. Ele é nosso principal instrumento, e foi pactuado por todos nós. Ele foi discutido na sociedade, pactuado no Congresso Nacional e tem de ter cumprido. Os recursos financeiros devem ser aplicados para isso”. A parlamentar ainda aponta os caminhos em que o Novo Fundeb deve seguir para melhorar os investimentos na educação.

“Manutenção e ensino. Esses são os critérios para aplicação do Fundeb. Não vou inserir nada além nisso. Não tem nenhuma chance de que eu in-

clua no relatório a destinação de verbas que não sejam para a escola pública. Também precisamos avançar no efeito redistributivo e na ampliação das verbas federais. Hoje a União contribui com apenas 10% dos recursos do Fundo. Quem tem que colocar dinheiro novo é a União”, avalia Dorinha.

Heleno Araújo também sugere a mudança na forma de distribuição do Fundo. “Temos que inverter essa lógica da distribuição dos recursos do Fundeb, passando a levar em conta a lógica do Custo Aluno Qualidade, já previsto no PNE e que reconhece a realidade diversa da educação pública básica nesse País”, conclui o presidente da CNTE.

A relatora da PEC 15/2015 afirma que pretende concluir o relatório e colocá-lo para votação na Comissão Especial do Fundeb antes do recesso legislativo.



# Policiais civis paralisam as atividades em manifesto contra a Reforma da Previdência

|| Na manhã da terça-feira (25), a Polícia Civil paralisou as atividades em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, conforme deliberação da Cobrapol. A concentração em Campo Grande aconteceu na Depac Centro e no interior, nas delegacias regionais. A paralisação teve adesão de 100% da categoria, trabalhando somente com o efetivo mínimo necessário, para atendimento a crimes graves e flagrantes.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

“O Governo Federal tem mostrado descaso com todos os Policiais Civis do Brasil e, ainda, com os operadores de segurança pública em geral. Desen-

vovemos uma atividade de risco ao combater a criminalidade e devemos ter esse reconhecimento na hora da aposentadoria também”, declarou Giancarlo Miranda, presidente do Sinpol.

O presidente da Cobrapol, André Gutierrez, pede que o trabalho, nos próximos dias, tanto nos Estados como em Brasília, seja intensificado, principalmente junto aos membros da Comissão Especial, para que o relatório da reforma chegue ao plenário da Câmara com os ajustes necessários para atender a Polícia Civil, que é mais do que justo e não se trata nenhum privilégio. “É muito importante a união e a disposição de luta para defender nosso



Próxima manifestação será em Brasília, amanhã, e o Sinpol está organizando uma caravana para os policiais civis

direito a uma aposentadoria digna, ou seja, o mesmo tratamento dado às forças armadas pelo

governo nessa reforma”, argumentou Gutierrez. A próxima manifestação será em Brasília, no dia

02 de julho, e o Sinpol está organizando uma caravana para os policiais civis que estão dispostos

a lutar pela aposentadoria. As inscrições podem ser feitas pelo telefone: 3042-6991.

## DECISÃO JUDICIAL BENEFICIA FILIADOS DO SINTSS-MS

A direção do sindicato avalia como uma vitória importantíssima para a categoria e agora o SINTSS-MS solicita que seus filiados apresentem os documentos necessários para a assessoria jurídica.

Esta decisão já foi ganha em primeira, em segunda e em terceira instância, estando agora na fase de cumprir. Nesta ação os servidores terão o direito a valores atualizados, com juros e correção monetária.

Mas, para ter acesso a este direito de forma completa, os

servidores devem executar a ação do sindicato, evitando a utilização de outros advogados, pois assim não vão conseguir alcançar a plenitude dos valores devidos, pois esta ação tem 11 anos de existência.

O SINTSS representa mais de 1.000 servidores que serão favorecidos com essa decisão, desde que estejam filiados à entidade até a data do cumprimento da sentença.

### INFORME JURÍDICO

O SINTSS-MS, através de sua Assessoria Jurídica, informa

que foi confirmada em 3º grau (STJ) sentença em ação coletiva ajuizada pelo sindicato no ano de 2008, com o objetivo de determinar a implantação de diferenças e retroativos desde o ano de 2004, vinculadas à vantagem pessoal, sua forma de cálculo e incidência sobre as demais verbas. Na referida decisão judicial da 1ª Vara de Direitos Difusos de Campo Grande, o MM. Juiz declarou o direito dos substituídos a receber, inclusive com implantação em folha, as diferenças devidas em decorrência da vantagem pessoal da Lei 2781/03 e sua

inclusão na base de cálculo de outras rubricas (adicional de função, adicional por tempo de serviço e capacitação).

Ressalte-se que os filiados ao SINTSS que recebem vantagem pessoal poderão se beneficiar com a decisão, com efeitos retroativos desde 2004, ou seja, 15 (quinze) anos. Ante tais fatos, os servidores filiados ao SINTSS-MS terão o direito a receber os valores que deixaram de ser pagos desde o ano de 2004, com juros e correção monetária.

Tal decisão é de suma importância em razão do grande número de filiados ao SINTSS-MS, de maneira que convidamos os interessados a comparecerem na sede do sindicato, às 13:30 horas, toda quinta-feira, onde serão fornecidos maiores esclarecimentos sobre o assunto pelas advogadas do sindicato: Dras. Ana Silvia Pessoa Salgado Moura e Adriana Catelan Skowronski.

Para mais informações, favor ligar na sede do sindicato, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, tel: (67) 3384-5608.



# Turma do TRF3 mantém bloqueio de R\$ 2,5 milhões de André Puccinelli por coação de eleitores em 2012

|| A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve o bloqueio de R\$ 2,544 milhões do ex-governador André Puccinelli (MDB). O objetivo é garantir o ressarcimento dos cofres públicos em caso de condenação por improbidade administrativa pela coação de eleitores para votar em candidatos nas eleições de 2012. A reunião foi gravada e o sucesso do vídeo afundou a candidatura a prefeito da Capital de Edson Giroto.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

O presidente regional do MDB foi interrogado no dia 10 de abril deste ano, marcando o encerrando da audiência de instrução e julgamento. O juiz Renato Toniasso, da 1ª Vara Federal de Campo Grande, concordou com a utilização de provas da ação na Justiça Eleitoral, e o processo deve entrar na fase das alegações finais.

O bloqueio dos bens, contas bancárias e veículos do ex-governador é resultado de recurso do procurador da República Marcos Nassar. O juiz de primeira instância negou o pedido, porque não aceitou ação cautelar separada da principal, por improbidade.

O desembargador Marcelo Saraiva, do TRF3,



Em vídeo, que a perícia provou não ser editado, André chama funcionários comissionados pelo nome e lhes indica em quem votar no vereador e prefeito

concedeu liminar para determinar o bloqueio dos bens do ex-governador. No dia 30 de maio deste ano, a 4ª Turma analisou o mérito do recurso e manteve o sequestro.

Com a decisão, André segue com os bens bloqueados até o julgamento da ação por improbidade por Toniasso. O assunto é polêmico e marcou o início do revés do emedebista na Justiça, que sempre lhe foi favorável.

No vídeo, que a perícia

provou não ser editado, André chama funcionários comissionados pelo nome e lhes indica em quem votar no vereador e prefeito. O jornal Mídiamax divulgou a gravação e ajudou a afundar a candidatura de Giroto, que tinha o apoio do governador e do prefeito Nelsinho Trad (PSD), que tinham mais de 80% de aprovação. Ele perdeu a eleição para Alcides Bernal (PP), que disputou em chapa pura, sem estrutura e sem dinheiro.

O Ministério Público Eleitoral ingressou com ação

por improbidade administrativa em 19 de janeiro de 2016. Em maio daquele ano, Puccinelli foi alvo de condução coercitiva para depor na Operação Fazendas de Lama, segunda fase da Lama Asfáltica. Em maio de 2017, ele foi obrigado a colocar tornozeleira eletrônica.

A situação piorou em novembro, quando teve a prisão preventiva decretada pela Justiça. Em julho do ano passado, nova prisão, que o levou a se hospedar por cinco meses no Centro de Tria-

gem.

No caso da coação de eleitores, outra ironia do destino, não saiu da Justiça Federal. O presidente regional do MDB tentou levá-la para a Justiça Eleitoral, mas o processo seguiu na 1ª Vara Federal porque a outra não julga ação por improbidade.

O caso da ação que denuncia o pagamento de R\$ 22,5 milhões em propinas pela JBS saiu da 3ª Vara Eleitoral. O TRF3 determinou o envio para a Justiça Estadual, onde o emedebista não teve

derrota até o momento.

No caso da coação de eleitores, André ganhou ação da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco). O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul condenou a instituição a pagar indenização de R\$ 80 mil ao ex-governador por ofensa à “honra”, ao reproduzir nota da revista Veja na prova do Desafio UCDB 2013, em que o jornalista Augusto Nunes o acusava de coação de funcionários públicos e citava o termo “curral eleitoral”.

(Por O Jacaré)



# AÇÃO JUDICIAL DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA: ATENÇÃO ASSOCIADOS AME-MS INATIVOS E PENSIONISTAS

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES ESTADUAIS-AME-MS, firmou convênio com o escritório de advocacia LPB, para ingressar com ação judicial de isenção e restituição de imposto de renda, para associados Reformados, da Reserva e Pensionistas que tenham sido diagnosticados com determinadas doenças, em algum momento da carreira.

A Lei Federal Nº 7.713/88 especifica as patologias, que se enquadram nas duas hipóteses que possibilitam a isenção do IRPF, são elas: a “moléstia profissional” e a “paralisia irreversível e incapacitante”.

Podem ser enquadrados como portadores de “I” inúmeros servidores públicos que, por causa do trabalho, tenham desenvolvido ou agravado doenças como LER/DORT (epicondilite, espondilose, sinovite e tenossinovite, síndrome do túnel do carpo, síndrome do manguito rotador, radiculopatia, tendinopatia, artrose, gonoartrose, bursite, etc), depressão, síndrome do pânico, problemas na coluna, no joelho, entre outras.

Na hipótese de “paralisia irreversível e incapacitante” é possível enquadrar os muitos servidores públicos aposentados que sofrem de enfermidades como monoparesia, paraparesia, tetraparesia, triparesia, hemiparesia, bem como lesões nos joelhos, cotovelos, ombros, coluna e outras partes do corpo que causem perda ou redução da

mobilidade daquele segmento, todas prováveis de serem diagnosticadas através dos exames de eletroneuromiografia, ultrassom e ressonância magnética.

Muito importante lembrar que não é necessário que a aposentadoria seja por invalidez, muito menos que a doença do trabalho tenha motivado essa aposentadoria. Existem inúmeras decisões favoráveis nesse sentido.

Pensionistas que recebem pensão por morte também têm direito, não há necessidade de a aposentadoria ser por invalidez, só não sendo aplicável à hipótese de “moléstia profissional”. Assim, por exemplo, uma mulher (não importa a idade) que recebe pensão por morte, se desenvolver câncer de mama, terá direito à isenção do IRPF;

Herdeiros podem pedir a restituição do imposto de renda. Infelizmente, às vezes acontece de o aposentado falecer sem que tenha pedido a isenção do imposto. Nesse caso, seus herdeiros podem pedir a restituição dos impostos de renda pagos desnecessariamente. Isso vale mesmo que esses herdeiros não se tornem pensionistas do falecido.

Maiores informações pelos telefones 99222-1941 Diretor da AME-MS Subtenente Ramos e 99221-6426 (WhatsApp) com a Advogada Anna Carolina.

